

EDITORIAL

A linguagem técnica portuguesa

A partir da segunda metade dos anos setenta, a geopolítica ensina-nos que o território português passou a caber inteiramente na Europa, apenas com um marco distante, no Continente da China, a sinalizar no outro lado do mundo, um passado longínquo.

A Nação Portuguesa, pois, estendida — como foi — pelas cinco partes da Terra, cindiu-se por algumas novas nações africanas, e por outros marcos geográficos, distantes e dispersos, a apagarem-se por essas imensidades territoriais que os absorvem, no Continente Indiano e nos confins da Oceania.

A geografia actual encrava, portanto, Portugal no lado mais ocidental da Península Ibérica em pequeno espaço continental de 89 060 km², acrescentado por duas dúzias de ilhas e ilhéus, a distâncias de Lisboa na ordem do milhar de quilómetros, agrupados em arquipélagos distintos que são a guarda avançada da Europa no Atlântico.

Será exactamente assim, a verdade insofismada que decorre da geopolítica actual, à luz de uma mais profunda penetrabilidade da História?

Trata-se apenas disso: Só não é mentira, porque é verdade. E a verdade não chega. Para além da nossa conformação aparente a uma óptica geográfica restrita, a realidade observa-se por outros prismas que são, com efeito, determinantes.

Desde que há vida humana em qualquer área habitada ou habitável da Terra, para se alcançar a razão e a universalidade da História são essenciais a compreensão e o conhecimento das comunidades que persistem no tempo, independentemente da relevância que possa adequar-se às coordenadas geográficas do seu espaço político: pelos seus feitos, pelo seu pensamento, pelo seu sentir.

Saber-se do domínio político de um espaço geográfico, conformado pelos parâmetros físicos, ecológicos e da sua economia potencial, é razão que evidentemente visiona a configuração histórica das comunidades nacionais. Mas, apenas por si; não alcança a integralidade da compreensão e do discernimento, que distinguem e qualificam a projecção histórica de uma nacionalidade.

No decorrer dos séculos, as nações transpõem as suas próprias fronteiras mesmo quando se quedam em seus territórios e por elas secularmente se contornam.

Podem sobreviver e até empolar comunitariamente, mesmo que o seu espaço político se retraia de áreas geográficas nele compreendidas durante séculos.

A pessoa humana é o átomo que constitui o povo. Este, por sua vez, é o elemento primacial que integra uma comunidade nacional, onde quer que ela se constitua, concentrada ou dispersa.

Os caracteres dos homens, quando colectivamente influenciados por grandes afinidades comuns — os modos de sentir, os defeitos e virtudes, as suas predilecções, os potenciais de trabalho e de discernimento e (principalmente) o seu apego e a sua saudade por uma mesma pátria (embora distante no espaço e no tempo) dão forma comunitária a um povo.

Para penetrarmos profundamente na História, temos de considerar estas comunidades nacionais, independentemente da geopolítica que as contempla. Por elas e com elas, as nações projectam-se na História desde que o povo viva na fé e no sentimento da comunidade a que pertence.

A Nação Portuguesa pelo trabalho, pelo sentir, pela saudade está onde exista activo o povo português.

Em toda a parte do Mundo. Até, por aqui, em sua terra, onde está acanhado pelas suas fronteiras reduzidas. E onde, curiosamente, é mais acanhado o seu trabalho, menos frutuoso o seu sentimento pátrio e onde as saudades, muito influenciadas pela poesia, mais se desencontram por rotas politicamente divergentes.



A cultura portuguesa determina-se pelas obras e pelo pensamento do povo; de ontem, de hoje e de sempre. Caracteriza uma comunidade viva e, por isso, reflecte uma posição nacional no Mundo.

Com o mesmo ardor com que, por efeitos militares, noutros tempos se defendiam os castelos, se sulcavam os mares e se desbravavam terras, cabe-nos hoje também, e aos outros povos que viveram e vivem conosco a mesma cultura, sustentá-la e elevá-la na apreciação da História.

Que é, porém, cultura nesta acepção que caracteriza a comunidade?

Pensamos que cultura, antes de mais, é a *maneira de ser* do indivíduo e, colectivamente, do agregado a

que pertence; como seja, o que sobressai da educação, da crença, do sentir a sua saudade, das suas determinantes psicológicas, da sua vivência habitual e de tantos caracteres colectivos que irmanam pessoas e povos. A cultura manifesta-se, todavia, e perdura, pela actividade e realizações na arte, na ciência aplicada e de investigação, no trabalho produtivo. E, também, na engenharia das obras e de projecto.

A língua, falada e escrita, é uma rota privilegiada da cultura para detectar e consolidar a presença histórica de uma comunidade. As nações, principalmente por esse caminho, transpõem, como atrás se referiu, as suas fronteiras no Mundo.

Embora encastrada no pequeno espaço continental mais a ocidente da Europa, a Nação Portuguesa prolonga-se no Mundo pela expansão da sua cultura comunitária, enraizada por séculos de permanência: muito, pela língua que se veicula e congrega; essencialmente, porém, pelas linhas de força da actividade em que persiste e das realizações que a detectam.

Todos os povos que sentem e vivem a mesma cultura comunitária, por onde quer que sigam os seus destinos políticos, prolongam-na também por impulso da sua própria vivência histórica. Por ela se afazem a lutar com o mesmo ardor nacional: assim, as nações irmãs se projectam no Mundo da actualidade.

A permanência da língua portuguesa, na expansão da sua cultura, interessa principalmente ao povo brasileiro, porque (na medida do Mundo) é muito grande; mas, sobretudo, porque (no mesmo padrão) a evolução do seu progresso colectivo ocupa, na actualidade, posição entre as cimeiras. Os portugueses não lhe podem ficar atrás no seu interesse. Desde o século XII até ao fim da era de quinhentos, aqui, em Portugal, o povo caldeou e enformou a sua linguagem como sinal determinante da expansão universal da sua própria cultura. A comunidade luso-brasileira, todavia, como cúpula jurídica que formaliza no campo moral uma mesma cultura de raiz, onde quase tudo se equipara em ambos os Países, encontra na defesa da sua linguagem, que se expande, a devoção histórica, que se define e persiste, no convívio civilizado dos povos da Terra, qualquer que seja a evolução geopolítica decorrente no andar do tempo.

Que é a língua portuguesa, em expansão crescente pelo grande mundo brasileiro, pelo (agora pequeno) mundo português e pelos grandes espaços mundiais de expressão portuguesa?

Caminhando para trás — quase três milénios — até para mais de oito séculos antes de Cristo, em territórios dominados (nas margens do Tibre) pelos latinos, rase-nos e sabinos, aparece-nos a génese radical de uma nova linguagem (*escrita* pela genta culta e *falada* no dia a dia das relações de todos) a qual (por mil anos) acompanhou a cultura romana pelo Mundo.

Ainda a partir do segundo século, antes de Cristo, a língua do povo lusitano — válida principalmente da linguagem celta — misturou-se e desenvolveu-se com o latim falado pelas massas populares que durante séculos o colonizaram. A gente culta detinha-se pelo latim escrito (o «sermo literarius») que bastante divergia daquele (o «sermo cotidianus»).

A partir do século XII, porém o latim que correntemente se falava em Portugal, constitui a base princi-

pal da nossa língua; nela assentam o vocabulário e o edifício idiomático que o povo português foi reconvertendo e adaptando às suas necessidades e à sua própria cultura.

A ossatura do idioma é obra efectivamente popular, decorrente de quatro séculos de desenvolvimento e consolidação nacionais. E a expansão portuguesa que iluminou o Mundo do século XVI arrastou consigo o engrandecimento da língua que o povo lusitano havia, ciosa e patrioticamente, elaborado na base da linguagem que por cá chegara com os romanos.

No século XV, já o rei D. Duarte, antepassado medieval dos imperadores do Brasil assim como dos reis de Portugal do século XIX, se apresentava patriótico defensor da língua portuguesa que, nessa altura, salvo em pouco mais do que nas suas bases, já se tornara independente do latim:

— «não ponhas palavras latinadas nem de outra linguagem, mas tudo seja em nossa linguagem escrita.»

Nos anos seiscentos, enquanto o Brasil, afluía à História do Mundo, a língua portuguesa, tal como hoje é, estrutura-se pelas suas características definitivas, embora sempre sujeitas à erosão do tempo. Nunca se afastou, todavia, do cunho multiseccular que a moldou.

Estas generalidades, tão afastadas do carácter especializado da nossa revista, são, porém, necessárias à introdução do tema escolhido para seu editorial: primeiramente, para que o assunto que vamos abordar se enquadre em razões de ordem nacional que transcendem a área da cultura privilegiada pelos engenheiros brasileiros, portugueses e dos outros países que a seguem; em segunda razão, porque, nesse enquadramento, se evidencia a importância da linguagem, na implantação cultural das nossas pátrias.

Vamos, contudo, rebater o problema para o plano mais restrito da linguagem técnica. Por ali nos quedamos e fecharemos o artigo.

Sem desprimor para as obras que têm sido publicadas no que toca a dicionários técnicos políglotas incluindo a linguagem das engenharias lusa e brasileira (aliás em número muito restrito) nada conhecemos suficientemente completo e actualizado, que interpenetre os significados idiomáticos aplicados pelas técnicas alemã, espanhola, francesa, inglesa, luso-brasileira e russa. E, na realidade, esse desejável dicionário é uma obra imprescindível como ferramenta basilar, na consolidação e na expansão de uma forma de cultura que dignifica as comunidades e as eleva no conceito do Mundo.

No presente e no futuro, a expansão das nossas técnicas corresponde a «permanência» cultural cuja promoção dignificante temos de accionar com entusiasmo. A uniformidade e o rigor oficializados da linguagem técnica apoiam, efectivamente, como condição necessária, a vivência dessa cultura cuja raiz persistente (que dura desde há muitos séculos) distingue e irmanam os povos da comunidade.

Se considerarmos a inexistência de publicações portuguesas ou brasileiras com o carácter e a justeza de uma grande obra editorial, cuja realização se impõe por necessária, e se ponderarmos que a expansão de um dicionário técnico das seis línguas referidas, completo

e oficioso, se dirige para uma enorme massa populacional espalhada pelo Mundo, não estamos longe da realidade se admitirmos segura viabilidade económica para o empreendimento. Temos por mais preocupante, todavia, a viabilidade da sua produção, se pensarmos na grande dificuldade que se encontra na indispensável intervenção de individualidades e instituições idóneas brasileiras e portuguesas apostadas na oportuna promoção e na valia de trabalho tão vasto.

Mas o efeito que se vislumbra pode ser causa de dedicações persistentes que ultrapassem, em resultados positivos, o que se espera, de antemão difícil.

Em nosso modo de ver, cabe aos Governos dos países de língua portuguesa instituir uma empresa mista entre nações interessadas, aberta à associação de organizações e sociedades idóneas, e impulsioná-la para a promoção do projecto que se descreveu e as necessidades impõem.

Situar-se-ia a sua sede naturalmente no Brasil, por ser de todos os países de língua portuguesa o de maior projecção absoluta no Mundo, das técnicas expansivas; a empresa estaria no centro e na animação de uma iniciativa, indiscutivelmente, de grande interesse comunitário. Para além deste enunciado das imposições que a inspiram, não podemos ir muito mais longe no equationamento do problema. Os organismos oficiais interessados (assim se espera) estão em termos, todavia, de levar a proposição a evoluções construtivas.

Pelo que diz respeito a Portugal, esperamos que o problema se não afaste da compreensão e do compromisso, para além do Governo, das grandes instituições nacionais que sobressaem no ramo da engenharia aplicada e da investigação; por exemplo: o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a empresa pública «Electricidade de Portugal, EDP».

F. do A.